

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.977 - MS (2018/0340511-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : OI MOVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526
ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711
DIOGO AQUINO PARANHOS E OUTRO(S) - MS012675
AGRAVADO : JACY MEDINA
ADVOGADO : LUCIA MARIA LEDESMA DA ROCHA - MS016971B

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. 1. PRECLUSÃO, APOCRIFIDADE E VERACIDADE DOS DOCUMENTOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. 2. COISA JULGADA E LEGITIMIDADE DO DOCUMENTO APRESENTADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul negou provimento ao recurso da ora agravante, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 171):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA – PRELIMINAR DE COISA JULGADA – AFASTADA – RETRIBUIÇÃO DE AÇÕES – DOCUMENTO UNILATERAL – DECLARAÇÃO DO BANCO SEM RECEBIMENTO DO CREDOR – SEM VALOR PROBATÓRIO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento. A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada, ficando afastada a preliminar arguida nesse sentido. 2. O documento apresentado pela agravante não comprova o efetivo recebimento das ações pela parte credora.

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou violação aos arts. 425, IV, 502, 509, § 4º, e 525 do CPC/2015.

Sustentou que a coisa julgada não foi observada, pois já teria efetuado a entrega das ações, conforme reconhecido na sentença e no acórdão da ação civil pública.

Aduziu que o extrato apresentado deveria ser considerado como legítimo a comprovar a data da entrega das ações.

Defendeu a inoccorrência de preclusão, pois seria possível a juntada de documentos, na fase de liquidação/execução, que comprovem o pagamento.

Afirmou que o documento juntado não seria apócrifo nem teve a sua veracidade contestada pela parte contrária, razão pela qual seria apto a comprovar o pagamento.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação do óbice apontado na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Inicialmente, quanto às alegações de: (i) ausência de preclusão do direito de comprovar a entrega das ações; e (ii) que o documento juntado não seria apócrifo nem teria sua veracidade contestada, verifica-se do acórdão recorrido que tais argumentos destoam do fundamento da decisão.

Concluiu o Tribunal local que, nem mesmo na fase de liquidação/execução, conseguiu a recorrente comprovar a entrega das ações, não tendo sido mencionado, no acórdão estadual, nada acerca de eventual preclusão, apocrifidade do documento ou problemas relativos à sua veracidade.

Dessa forma, a fundamentação recursal se mostra deficiente, incidindo, no ponto, o enunciado n. 284 da Súmula do STJ, a obstar o conhecimento do recurso.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRAVENÇÃO PENAL DESCRITA NO ART. 58, DO DECRETO-LEI N. 6.259/1944. JOGO DO BICO. SUBSTITUIÇÃO DE PENA. ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADO ESPECIFICAMENTE. SÚMULA 182/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284 DO STF.

ALÍNEA "A". INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS, DE OFÍCIO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

(...)

3. Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF.

(...)

7. Agravo regimental parcialmente conhecido e, na extensão, não provido.

(AgRg no AREsp 1394624/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 19/03/2019)

No mais, a Corte de origem, soberana na análise dos elementos fáticos e probatórios dos autos, concluiu que não houve afronta à coisa julgada e nem comprovação do pagamento, conforme se verifica dos trechos a seguir transcritos (e-STJ, fl. 173):

Reconheço que, de fato, houve notícia na fase de conhecimento da demanda coletiva acerca do pagamento de ações a 10.115 titulares de crédito, porém esta quitação não foi reconhecida na sentença, nem mesmo de forma parcial, tendo sido determinada a retribuição de ações sem qualquer abatimento.

A decisão agravada, por isso, não ofende a coisa julgada, ficando afastada a preliminar arguida nesse sentido.

Por outro lado, o alegado pagamento à parte agravada não restou comprovado pelo agravante nesta fase executiva.

É sabido que o pagamento não admite presunção e deve ser provado por quem o alega (art. 333, I, do CPC), sob pena de ter que pagar novamente (bis dat qui cito dat), se pagou mal.

Importante observar que o documento apresentado pela agravante como prova de recebimento e, inclusive, posterior transferência pela parte credora/agravada, consiste em declaração do Banco Santander que, mesmo em conjunto com procuração existente nos autos principais do BNDES à Telebrás S/A, nada prova, se desacompanhado do Certificado de Depósito de Ações (art. 43 da Lei n. 6.404/76) e/ou dos Livros Sociais (art. 100 da Lei n. 6.404/76) ou de qualquer recebimento expresso da parte credora.

Assim, não há como conhecer do recurso especial, pois a análise das questões suscitadas se mostra inviável, por envolverem incursão na seara fático-probatória, providência vedada a esta Corte Superior por força do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso

especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

